



ID: 21916732

05-09-2008

Presidente da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas defende

Comissão de Normalização Contabilística deve sair da esfera do Estado

A proposta da Comissão de Normalização Contabilística, denominada SNC, está a causar fortes preocupações entre os profissionais do sector. “A normalização contabilística deve sair da esfera do Estado. A Comissão de Normalização Contabilística deveria passar para a responsabilidade dos técnicos e dos revisores oficiais de contas”, declarou à “Vida Económica” Domingues de Azevedo, presidente da CTOC, tendo também manifestado o seu desacordo quanto ao funcionamento do novo sistema, tendo em conta a subjectividade em que o mesmo assenta.



Domingues de Azevedo lamenta que a proposta do SNC tenha suscitado pouco interesse, sobretudo por parte dos profissionais, a academia contabilística e o sector empresarial.

A Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas defende que a Comissão de Normalização Contabilística (CNC) tem uma excessiva interferência por parte do poder político. Situação que não tem qualquer lógica, como adianta o seu presidente à “Vida Económica”: “A normalização pressupõe uma estratégia do que se pretende para a Contabilidade, o que implica a sua integração num modelo global definido para o país. Ninguém estará em melhores condições de o fazer que os técnicos e os revisores oficiais de contas. Fica-se com a sensação de existir uma excessiva preocupação de reorientar a Contabilidade num determinado sentido, esquecendo-se as realidades do país.”

Domingues de Azevedo assume que não está contra o princípio inerente às normas internacionais de contabilidade (NIC). No entanto, considera que há aspectos ainda muito dúbios. “Todas as partes interessadas deveriam integrar o processo de definição das regras. Os efeitos colaterais que as novas regras implicam e a sua introdução devem ser sujeitas a um processo de fiscalização. Corre-se o risco de colocar em prática duas contabilidades paralelas.” O caminho apresentado é meritório, adianta, “mas contém riscos que não estão devidamente equacionados, nem mesmo estão avaliados os previsíveis efeitos colaterais emergentes da aplicação da proposta apresentada”.

Para o presidente da CTOC, o processo não tem balizas claras, há um elevado grau de subjectividade para quem toma a decisão, o que significa que há a necessidade de balizar claramente os procedimentos. “Há elevados riscos de serem forçadas medidas de acordo com as necessidades e a satisfação de eventuais interesses dos utilizadores das demonstrações financeiras. A subjectividade é evidente para quem toma a decisão e faz a sua análise.”

Consequências fiscais não são conhecidas

Domingues de Azevedo chama a atenção para a circunstância de não se saber, com exactidão, quais serão as consequências do SNC, em termos fiscais, para os agentes e para a própria administração fiscal. “Estamos perante a importação de conceitos e valores que não são tradicionais da nossa cultura contabilística, pelo que, independentemente do mérito das soluções apresentadas, a sua assimilação por parte dos diversos intervenientes carece de tempo para a sua cabal compreensão.”

“A proposta do SNC, tal como é apresentada, representa um verdadeiro salto no escuro. Não está minimamente sustentada em pressupostos consequenciais provenientes da sua aplicação.” Perante este cenário, a CTOC apresenta várias propostas concretas, de forma

a evitar problemas que, no futuro, serão difíceis de resolver.

“A falta de definição de balizamentos constituirá um sério elemento de perversão, não só para a credibilidade da Contabilidade, mas também de conflitualidade entre os profissionais e os empresários de menos escrupulos, que não deixarão fugir a oportunidade que o sistema lhes oferece de inventarem balanços à medida das suas necessidades, exercendo sobre os profissionais as mais díspares pressões para que estes inventem também a própria contabilidade”, de acordo com Domingues de Azevedo.

Assim, a partir de 2010 deverão ser adoptadas as NIC, conforme é proposto pelo SNC. Mas que até 2015 não seja adoptada a estrutura conceptual das normas internacionais de contabilidade, mantendo-se em vigor a normalização contabilística, tendo como missão, entre outros aspectos, a preparação gradual da adopção daquela estrutura. Defende ainda a CTOC que a nomenclatura usada nas definições das NIC deve ser readaptada. E como já referido anteriormente, “que seja extinta a actual Comissão de Normalização Contabilística, por inexistência superveniente de objecto, e criada uma nova comissão, sob responsabilidade dos profissionais da Contabilidade.”

GUILHERME OSSWALD
guilherme@vidaeconomica.pt

Comissão de Normalização Contabilística deve sair da esfera do Estado



Domingues de Azevedo, presidente da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC), defende que a Comissão de Normalização Contabilística deve sair da esfera de influência do Estado. Mais, considera que a proposta daquela comissão, denominada SNC, tem falhas graves.

É colocado em causa o funcionamento do novo sistema, face à subjectividade em que assenta. O presidente da CTOC avisa que se correm sérios riscos de surgirem as contabilidades duplas. Assume que a introdução das NIC é essencial para o país, mas rejeita um modelo que abre a porta a situações me-

nos claras, sobretudo em resultado da subjectividade por que peca. Vai mais longe ao afirmar que se podem criar conflitos desnecessários entre as partes envolvidas, incluindo a administração fiscal.

Lamenta ainda que nem sequer estejam avaliados os previsíveis efeitos colaterais emergentes da aplicação da proposta apresentada. Na sua perspectiva, “há riscos elevados de serem forçadas medidas de acordo com as necessidades e a satisfação de interesses dos utilizadores das demonstrações financeiras”.